

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo pela integralização do montante do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao titular a decisão de, em nome da empresa, constituir mandatários, outorgar poderes especiais a procuradores para que realizem atos civis, comerciais, ou representem a empresa em juízo tanto como autora, como demandada. As respectivas procurações deverão conter, necessariamente, a finalidade específica e prazo de duração determinada, não podendo ter um prazo de validade superior de 24 (vinte e quatro) meses, exceto para as procurações *ad judicia* que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo Único: A outorga de fianças, avais e quaisquer outras garantias, assim como a assunção de empréstimos de qualquer natureza e a venda de bens imóveis da empresa, dependerá da assinatura do titular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O titular administrador terá direito a uma retirada mensal, a título de *pró-labore*, cujo valor será fixado sendo observadas as disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o titular deliberará sobre as contas e designará administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo Primeiro: O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado de acordo com o que for estabelecido pelo titular.

Parágrafo Segundo: Da mesma forma que os lucros, os prejuízos se existentes serão suportados pelo titular.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado e pagos a seus herdeiros, sucessores e incapaz, em um prazo máximo de 06 (seis) meses, em prestações mensais iguais e consecutivas, acrescidas de juros 6% ao ano calculado *pro rata die* base exponencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A empresa dissolver-se-á nos casos previstos em lei, e o titular estabelecerá o modo de liquidação e nomeará o liquidante.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Este Instrumento Contratual é regido pelas Leis 10.406/02, 12.441/2011, Instruções Normativas 118/2011 e 119/2011 do DNRC, sendo correto que os diplomas legais citados as esta Leis se referem, tendo como regência supletiva a Lei Federal 6.404/76, que disciplina as sociedades anônimas, sempre que a situação não estiver subordinada por este Contrato Social, pela disciplina correspondente no Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O titular administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou

PM